



## Assembleia Legislativa do Estado do Acre

### LEI COMPLEMENTAR N. 286, DE MAIO DE 2014

“Altera dispositivos da Lei Complementar n, 58, de 17 de junho de 1998.”

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Os arts. 1º, 2º e 4º da Lei Complementar n. 58, de 17 de julho de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art.1º** ...

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto no caput às empresas públicas e sociedades de economia mista da Administração Indireta do Estado.

“**Art. 2º**...

...

**XI** - ...

...

**h)** de assistência técnica e extensão rural para atendimento de programas do Poder Público com esta finalidade.

...

**XVII** - execução dos recursos oriundos de convênios, termos de cooperação, transferências voluntárias e contratos de empréstimo, para o alcance das ações e metas pactuadas, sendo vedado o aproveitamento do pessoal fora do objeto do acordo.

**§ 1º ...**

**I** - nas hipóteses dos incisos I, II, III, das alíneas “b”, “g” e “h” do inciso XI, bem como do inciso XVII, enquanto perdurar a situação que as autorize;

...

**III** - na hipótese do inciso XVI, até doze meses, prorrogável uma vez, por igual período;

...

**VIII** - nas hipóteses dos incisos VI, VII, VIII, IX, X e das alíneas “a”, “d”, “e” e “f” do inciso XI, até vinte e quatro meses, prorrogável ou renovável por igual período;

...

**§ 4º** As contratações temporárias de que trata o inciso XIV serão feitas exclusivamente por projetos, sendo vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer área da administração pública.

**Art. 4º ...**

...

**§ 3º** Na hipótese de insuficiência de profissionais aprovados em processo seletivo com fundamento nos incisos VII a X do art. 2º desta Lei, e desde que caracterizada a necessidade temporária de excepcional interesse público em cada situação que sobrevier, poderão ser contratados profissionais mediante a dispensa de processo seletivo.

**§ 4º** No caso de que trata o § 3º deste artigo, será exigida a realização posterior de novo processo seletivo, no mínimo, até o fim do prazo de que trata o art. 2º, § 1º, inciso II, desta Lei, em cada caso, contado da homologação do resultado final do processo seletivo anterior.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2014.

**TIÃO VIANA**

Governador do Estado do Acre